

Cepticismo e inteligibilidade do pensamento comunicacional

LUIZ CLÁUDIO MARTINO

Resumo Quais são as teorias da comunicação? A disparidade das respostas encontradas nas obras especializadas mostra a necessidade de ir-se além da simples compilação das teorias, a fim de refletir sobre sua sistematização. O problema que se coloca para este artigo consiste em analisar e explicitar as bases do cepticismo que cerca a questão, amplamente predominante entre os especialistas da Comunicação e não sem conseqüências para a estruturação da área.

Palavras-chave epistemologia da comunicação, teorias da comunicação, pensamento comunicacional

Abstract What are the theories of communication? The different answers found in specialized studies show us the necessity to go further, beyond a simple compilation of theories, in order to think about their systematization. This article intends to analyze and explain the foundations of the skepticism around this question, a situation prevailing among communication specialists and not without consequences to the structuring of the field.

Key words: epistemology of communication, theories of communication

Não obstante todo o volume de publicações sobre pesquisas em Comunicação, os estudos sobre seus fundamentos não ocupam um lugar de destaque. Não é raro encontrarmos, entre os mais renomados pesquisadores desse campo, apontamentos sobre a fragilidade dos conhecimentos aí gerados.

A primeira explicação para isso se encontra na própria quantidade de teorias relacionadas ao tema. Como constata Robert Escarpit, "*os domínios do saber tornaram-se demasiado especializados para que um só homem, mesmo após longos anos de reflexões e de leituras, freqüentemente de aprendizagens difíceis, possa aprender ainda que seja uma parte*" (Escarpit 1991: 7). Sob um tom dramático, ele invocava a necessidade de sistematização do conhecimento e apresentava seu trabalho como a "*última chance*" para realizar uma visão de conjunto do campo de estudo da comunicação.

Entretanto as dificuldades não se limitam apenas à extensa produção sobre a matéria, elas também envolvem a própria organização do conhecimento dessa disciplina, de modo que ao problema da quantidade de publicações se sobrepõe o da qualidade da reflexão.

Nesse sentido, Bernard Miège, por exemplo, fazendo um balanço dos conhecimentos da área, ressalta que ali abundam as "*oposições lógicas, a diversidade dos níveis apreendidos e as contradições*", e conclui que

embora tenha alcançado um certo nível de elaboração que, a partir de agora, lhe permite apreender a complexidade dos fenômenos que pretende abordar, o pensamento comunicacional não está unificado, nem pronto para se apresentar como tal (Miège 2000: 129).

Céptico, chega a colocar em dúvida a pertinência do próprio pensamento comunicacional, ainda que não seja para depois temperá-lo com uma certa dose de relativismo. Contudo, o cepticismo em relação à organização da área parece ser mesmo a tônica dessa matéria, e se encontra um pouco por toda parte.

Miguel de Moragas, mais radical, não economiza críticas no tocante à possibilidade de um "*estatuto epistemológico próprio*" à comunicação. Para ele, "*esta nunca foi, como tampouco é agora, a melhor condição de nosso objeto*" (Moragas 1993:17), indicando claramente a falta de especificidade da comunicação enquanto um saber autônomo. Em sua opinião, tratar-se-ia apenas de "*uma investigação subsidiária*".

Já para Francis Balle, a comunicação teria vários signos próprios ao saber científico, notoriamente os da institucionalização (escolas, revistas, sociedades nacionais e internacionais...), contudo, hesita em lhe atribuir essa condição. Para ele a

Comunicação oscila entre uma arte (ou técnica) e uma ciência; em todo caso, ele compara o estado dos estudos sobre os meios a uma "colcha de retalhos", dada a abundância e diversidade de abordagens (Balle 1992: 44). Tratar-se-ia de um "saber em mosaico", que requer uma pluralidade de disciplinas, e aponta, entre outros obstáculos para sua ascensão ao estatuto científico, a inexistência de "um acordo entre os pesquisadores sobre os contornos do domínio estudado" (Balle 1992: 45).

Uma das razões para esta falta de acordo, como observa José Marques de Melo, é que "ao analisar o fenômeno comunicativo, cada ciência e corrente filosófica utiliza a sua própria perspectiva, a sua própria terminologia, os seus conceitos específicos (Marques de Melo 1973:13), expondo, ironicamente, os pesquisadores do campo ao que, de nossa parte, poderíamos chamar de "dificuldades de comunicação"¹.

Armand e Michèle Mattelart também seguem na mesma direção e engrossam o coro das opiniões cépticas. Para eles o domínio da Comunicação se encontra exposto e acumula

doutrinas ao sabor da moda e *prêts-à-porter* do pensamento com neologismos meteóricos se fazem passar por esquemas explicativos definitivos, por lições magistrais, apagando, por onde passam, os achados de uma lenta acumulação, contraditória e pluridisciplinar dos saberes na matéria e reforçando a impressão de frivolidade do objeto (Mattelart & Mattelart 1995: 4).

Como tantos outros, eles também alertam contra a falta de sistematização dos conhecimentos e para a pouca atenção que o assunto vem recebendo dos pesquisadores da área. Na continuação do texto citado, afirmam: "*Talvez, mais neste campo de conhecimento que em outros, é forte a ilusão de pensar que se pode fazer tábula rasa desta sedimentação e que, nesta disciplina, à diferença de outras, tudo está por se fazer*" (Mattelart & Mattelart 1995: 4).

De um modo geral, as opiniões convergem para o diagnóstico indicado por Bernard Miège, segundo o qual: "*as ciências da comunicação não podem pretender ter atingido uma maturidade suficiente e os pesquisadores que a reclamam estão longe de terem chegado a um acordo mínimo sobre seus objetos de pesquisa*" (Miège 1990 : 125).

Não é raro encontrarmos afirmações como essas nas páginas dos autores mais

1 Por esta expressão compreendemos o conjunto de dificuldades encontradas nas relações entre pesquisadores e relativas a um certo estado da sistematização do conhecimento de uma área, tais como: confusão terminológica, universo conceitual demasiado amplo, diversidade e desconhecimento dos paradigmas.

notáveis da área e mais do que multiplicar os exemplos, uma questão se impõe: qual é o significado desse cepticismo?

QUAL É O RESULTADO DESSE CEPTICISMO?

A análise mais detalhada dessa questão paradoxal escapa às dimensões do presente texto. Contudo, mesmo sem poder dispensar um tratamento a altura de sua importância, é difícil passar ao largo de seu exame, já que uma tal posição céptica coloca em jogo problemas não somente de coerência, mas da própria consistência da área de Comunicação.

A rigor talvez fosse preciso falar em "cepticismos", visto que há diferenças de grau e de direcionamento em relação aos vários aspectos do problema. Esquemáticamente podemos distinguir duas atitudes em jogo. Em uma primeira versão, o cepticismo nos leva a duvidar da possibilidade de uma "ciência da comunicação". Bem entendido, não se trata de uma atitude auto-negativa e portanto contraditória, como poderia sugerir uma primeira impressão, mas apenas de negar à Comunicação um estatuto de ciência ou de saber independente. O problema em jogo é o da autonomia da disciplina. Para muitos, tratar-se-ia apenas de um ramo da Sociologia ou Psicologia. Neste caso, não existiria um saber propriamente comunicacional, mas saberes que se ocupam de certos objetos empíricos, genericamente designados como "fenômenos comunicacionais", ou simplesmente "comunicação". Em uma segunda versão, se reconhece sua autonomia, o cepticismo se dirige apenas ao atual estado da organização dessa disciplina.

De fato, as dúvidas levantadas por Balle, mas principalmente aquelas expressas por Moragas, dizem respeito à possibilidade de uma ciência da comunicação, enquanto que para pesquisadores como Scarpit e Mattelart, seria apenas do atual estágio de sua formulação, ou uma condição da natureza dessa disciplina, como afirma Bougnoux, que a aproxima da Filosofia (Bougnoux 1999: 14). A tendência dos pensadores mais cépticos é tomar o termo comunicação (o qual grafamos em minúsculo) como sinônimo de "fenômeno comunicacional" e compreender a Comunicação (grafado em maiúsculo) como um "campo" de estudos, constituído por abordagens heterogêneas, reunidas sob um único traço comum, a análise dos "fenômenos comunicacionais", não obstante toda a diversidade de origens e intenções dessas abordagens. Já em sua versão mais branda, tende-se a aceitar a idéia da Comunicação como uma "disciplina", ainda que se critique a incapacidade de se fornecer um objeto de estudo satisfatório.

Curiosamente, constata-se a tendência atual de criticar a posição disciplinar

em defesa da posição de campo, sem que no entanto sejam tiradas as conseqüências de uma tal determinação. A noção de campo não é menos problemática que aquela de disciplina², mas a atribuição de um certo ranço positivista, que pesa sobre esta última, parece vir servindo de fiel da balança em favor da primeira.

Por outro lado, mesmo funcionando como um divisor de águas, as duas versões do cepticismo não escondem um certo acordo em relação ao ponto de partida comum, e se reconciliam frente às evidências da fraca estruturação da área. Seja como campo ou como disciplina, a Comunicação tem, incontestavelmente, graves dificuldades de definição, apontadas aqui e ali por seus mais renomados pesquisadores; dificuldades que, em suma, não podem passar despercebidas aos olhos de todo e qualquer investigador mais sério que se debruça sobre a análise dos fenômenos comunicacionais.

Com efeito, a dificuldade de delimitar com precisão o domínio de estudos da Comunicação parece ser o centro sobre o qual gira a problemática da epistemologia dessa área. As razões para isto são de ordem diversa. Elas se encontram presentes na própria origem da problematização da comunicação no século XX, cuja variedade de abordagens abarca dimensões que vão desde a natureza do processo, até a diversidade das correntes de pensamento, com suas diferentes escolas e modos de problematização, passando pela sobreposição com outras problemáticas, mais bem definidas e que contam com tradições de pesquisa estabelecidas em disciplinas já consolidadas (transmissão da cultura, formação de subjetividade, dinâmica dos processos sociais, processos intersubjetivos...), sem falar, é claro, dos problemas políticos e de interesses diversos relativos à divisão dos saberes e sua institucionalização.

Uma tal complexidade não pode deixar de se refletir sobre o campo, cuja baixa definição é conseqüência direta da dificuldade de sistematização dos conhecimentos produzidos. Como se não bastasse, a própria identificação do problema da inconsistência do objeto ou da dispersão do campo, parece contribuir, à sua maneira, para o estado confuso da questão. Como nos adverte Miège,

(...) há vinte e cinco anos que o aparecimento de "teorias gerais" se sucederam a intervalos regulares, freqüentemente sem que as novas se apoiem sobre as precedentes, sem nem mesmo tomar o cuidado de as criticar, ou simplesmente de as avaliar. As bibliografias relativas a essas publicações começam seriamente a se estender, e as dificuldades são grandes para estabelecer filiações, ou para traçar as evoluções ao seio destas produções teóricas (Miège 1990: 125).

2 Comunicação humana ou animal; comunicação através de signos lingüísticos ou semiótica num sentido amplo; comunicação mediática ou imediata; de massa ou interpessoal, etc. Veja-se, por exemplo: Martino, L. C. (2001a,b,c); Sá, Adisia e outros (1973).

Notoriamente a partir da metade dos anos 70, com um certo desgaste natural das duas principais tendências, o funcionalismo norte-americano e a Escola de Frankfurt, respectivamente apoiadas no positivismo e no marxismo, que levava Umberto Eco a reclamar a aposentadoria de todos os catedráticos de teoria das comunicações (Eco 1984:181), a área de Comunicação vem incessantemente multiplicando suas dimensões e ampliando suas fronteiras (daí o tom dramático de Escarpit, que possivelmente antevia o elevado crescimento do campo teórico da área).

A preocupação de fornecer teorias mais precisas para descrever os processos comunicacionais impôs, paradoxalmente, novas dificuldades ao estudo da comunicação, colocando dois problemas, tão básicos, quanto urgente seu tratamento:

1) o problema de conhecer, ou de reconhecer, as novas teorias (critério de pertinência);

2) o problema de estabelecer as relações com as já existentes (sistematização).

Problemas que de certa forma renovam nossa necessidade de conhecer o universo de teorias de nossa área e exigem um tratamento epistemológico da questão, pois não se trata mais de simplesmente inventariar teorias isoladas, mas de lidar com conjuntos de teorias. Conjuntos, é importante destacar, incoerentes entre eles, mas por vezes, incoerentes neles mesmos. Em todo caso, trata-se de lidar com conjuntos incongruentes, com teorias gerais incompatíveis ou de difícil conciliação.

Essas dificuldades deixam o ensinamento que o cepticismo em relação ao estabelecimento do saber comunicacional, reinante na área, não pode ser remediado com o aparecimento de novas teorias, pois exige um tratamento propriamente meta-teórico, ou epistemológico. Somente um estado mais avançado de sistematização poderá lhe fazer frente. A questão que fica é a da capacidade da área para gerar os recursos para que isso venha acontecer.

A DIFICULDADE DE CONHECER E RECONHECER AS TEORIAS: EXTENSÃO E PERTINÊNCIA

Para pesquisadores e estudiosos da área, o primeiro desafio que se coloca é o de reconhecer e mapear o campo. Quais seriam, afinal, as "teorias da Comunicação"?

Para responder a uma tal questão, seria preciso fazer um levantamento, mais ou menos exaustivo das teorias que abordam os fenômenos comunicacionais. E a fim de que a tarefa seja completa, seria preciso incluir nesse panorama, além das teorias já instituídas, aquelas mais recentes, assim como resgatar as contribuições das escolas que foram "sufocadas" por correntes hegemônicas, como as citadas mais acima.

Todavia, mesmo parcialmente, esta tarefa colossal não pode ser realizada sem colocar em jogo uma outra ainda mais fundamental. De fato, mais além de realizar o inventário da totalidade de teorias geradas por um século de obsessão pelo tema, também se impõe a tarefa de formular as bases da apreciação da pertinência de determinada teoria em relação ao domínio da Comunicação. Trata-se então de apontar, de maneira tão clara quanto possível, os critérios que servem de base para a apreciação das teorias que se julga pertencer ao campo da Comunicação.

Ainda que não possa passar despercebido, infelizmente esse problema não tem recebido o tratamento que merece. Uma simples revisão da bibliografia mais disponível, aquela empregada nos cursos de teorias da comunicação, nos revela a disparidade das escolas e paradigmas arrolados.

Com a ajuda de dois colaboradores do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq-UnB), começamos a empregar o método da análise de conteúdo para comparar alguns textos voltados para a apresentação das teorias da comunicação, bastante freqüentes na formação universitária brasileira:

Teorias da Comunicação, de Mauro Wolf;

História das Teorias da Comunicação, de Armand e Michèle Mattelart;

Ciências da Comunicação, de D. Bounoux;

Teorias da Comunicação de Massa, de M. Defleur e Sandra Ball-Rokeach;

Introdução à Teoria da Comunicação, de F. Rüdiger;

O Pensamento Comunicacional, de B. Miège.

É patente a discordância das opiniões entre os especialistas do tema. Mesmo restringindo nossas observações a análises preliminares, torna-se evidente o desacordo entre os autores no que concerne às teorias da área. Tanto para estudantes, como para estudiosos avançados, não é nada evidente um acordo mínimo sobre o conjunto de teorias que configurariam a área da Comunicação.

Autores como Bounoux e Rüdiger fornecem conjuntos de teorias completamente distintos, surpreendentemente sem um único ponto de concordância entre eles ou com as listas de teorias arroladas por autores como Defleur/Ball-Rokeach ou Wolf. Esses últimos basicamente se restringem às tendências estadunidenses, enquanto que autores como os Mattelart e Miège, com matizes fortemente variados, adotam uma descrição cronológica, respectivamente mais ou menos ampla, das teorias que portam algum interesse para a análise dos fenômenos comunicacionais.

O resultado do exame de composições tão heterogêneas é a impressão (aliás bastante compreensível) de inconstância das teorias da comunicação; ficando a dúvida sobre a pertinência delas para a área, ou ainda pior, da pertinência da própria área. Se o neófito, abandonado à tarefa de conciliar suas leituras, se ressentido

de um quadro mais nítido, ficando-lhe a viva impressão de uma permissividade excessiva, ou de uma "seleção" um tanto aleatória ("qualquer coisa pode ser comunicação"); o pesquisador mais experimentado, por sua vez, não pode contar com uma discussão mais aprofundada sobre os critérios empregados pelos especialistas para operarem a seleção das teorias ou escolas. O que leva muitos estudiosos a adotarem a tese de que se trata apenas de um "campo" de estudo: "existem as teorias, mas não existe a Comunicação enquanto uma disciplina".

E aqui encontramos o que nos parece ser o ponto crucial para a área, e que tomamos como o problema de nossa pesquisa: explicitar e analisar criticamente os critérios que nos permitem dizer que tal ou tal teoria ou escola pertencem ou não pertencem ao campo da Comunicação. Tema tabu, fruto de preconceitos e sensível ao jogo político, a discussão do critério de pertinência das teorias em relação à área tem encontrado forte resistência na comunidade de estudo e tem sido obstruída sob a acusação de "reducionismo do campo", como se o ecletismo, a superposição de campos e a somatória de todos os assuntos tocantes à comunicação humana (e mesmo extra-humana) fossem a única ou melhor via para pensar a natureza do saber comunicacional.

Evidentemente que não se trata de uma questão sobre a qual se possa ser tão categórico e absoluto como nos casos das oposições binárias, estipulando de maneira simplificada um "dentro" e um "fora". Não é nossa intenção pretender ditar o "certo" e o "errado", mas nem por isso renunciar à reflexão sobre o relativo estado de abandono de questões tão primárias e essenciais quanto a definição do campo ou do objeto da área.

A pretensão a um tal esquematismo rígido é rigorosamente estranha aos investigadores com alguma familiaridade com as questões epistemológicas. Mesmo as mais estabelecidas das disciplinas científicas encontram suas áreas de sombras, onde é difícil ser tão preciso. O problema, no entanto, não é o das exceções, mas o da regra. Não é o trabalho de filigrana, de saber julgar as teorias marginais ou ambíguas, mas o da constituição do "núcleo duro" de um domínio de conhecimento. Trata-se, então, de criar as condições que nos permitam apontar um conjunto de teorias, mínimo que seja, em torno do qual seja possível estabelecer um acordo sobre seu papel estruturante para a área e de poder justificá-lo a partir do trabalho de conceituação e do debate, como é natural para as atividades de cunho filosófico-científicas. Ou na pior das hipóteses, na impossibilidade de uma tal definição, aprofundar a reflexão sobre as razões que nos impedem de chegar a um acordo sobre esse núcleo duro.

AS RELAÇÕES ENTRE TEORIAS: O PROBLEMA DA SISTEMATIZAÇÃO

Num primeiro momento, foi preciso explorar e inventariar as teorias da comunicação, conhecer os vários discursos, que aqui e ali, se ocupavam de estudar os fenômenos comunicacionais. A necessidade de se dar resposta à questão de quais seriam as teorias da comunicação resultou na elaboração de diversas obras especializadas, que mesmo chegando a conjuntos de teorias extremamente diferenciados, possibilitam uma primeira abordagem do problema. Contudo, a própria disparidade dos resultados não pôde impedir que a mesma questão ganhasse novo fôlego e fosse recolocada. Agora num patamar onde se torna necessário ir-se além dessas compilações de teorias e refletir sobre sua sistematização. Relacionar as teorias entre elas, estabelecer critérios de pertinência em relação à área da Comunicação, são problemas extrínsecos a estas teorias, ultrapassam os quadros de teorias específicas, para se colocarem num plano meta-teórico ou propriamente epistemológico.

A sistematização das teorias de um dado domínio do saber é uma necessidade intrínseca a qualquer saber de natureza filosófico-científico. Ela corresponde à necessidade de avaliação das perspectivas teóricas. Também corresponde à necessidade de organizar os conhecimentos produzidos, que de outro modo cairiam no isolamento, impossibilitando a constituição de um *corpus* de obras e documentos e suas respectivas tradições de pensamento. As tentativas de sistematização, são, portanto, mais do que naturais ou desejáveis, são uma necessidade, pois cumprem uma função extremamente vital na dinâmica do pensamento filosófico-científico. No entanto, uma característica desse procedimento na área de Comunicação chama a atenção. Além do critério de pertinência, que acabamos de ver, outro aspecto do problema da sistematização que merece ser considerado é o fato destes conjuntos serem elaborados a partir da "exterioridade das teorias" em questão. Isto porque grande parte das teorias arroladas não reivindicam a participação no universo da Comunicação; elas não se vêem como "teorias da Comunicação". São teorias que encontram sua origem em outros campos de estudo, que aí se reconhecem e são reconhecidas; que não reivindicam nem objetivo, nem objeto propriamente comunicacional. Teorias que foram tomadas fora de suas problemáticas originais, reinterpretadas e identificadas a um campo que, se não lhes é completamente estranho, também não consta na inspiração de seus criadores, nem nos propósitos mais imediatos destas teorias.

É assim, por exemplo, com a Escola de Frankfurt, que nunca se pretendeu outra coisa que não uma filosofia. É assim com grande parte do funcionalismo america-

no do *communication research*, formado por sociólogos ou psicólogos sociais, os quais nunca se afastaram de suas respectivas disciplinas. É assim com a Escola de Palo Alto, nascida no *Mental Research Institute*, que tendo como interlocução privilegiada o behaviorismo e a psicanálise e objetivando a elaboração de tratamentos terapêuticos para distúrbios de comportamento, sempre esteve centrada nos problemas próprios à Psicologia. É assim com a Escola de Chicago, identificada à Sociologia; com a Pragmática em relação à Lingüística, etc.

Para decepção de nossos manuais, Lazarsfeld, Hovland, Adorno, Horkheimer, Watzlawick, e tantos outros nomes de destaque para a área, nunca se preocuparam em fundar algo similar a uma "ciência" ou disciplina intitulada "Comunicação". Se suas obras são caras a nosso campo, é preciso reconhecer que se trata de uma apropriação de nossa parte, os comunicólogos, e rigorosamente não podem ser tomadas, como por vezes gostaríamos de acreditar, como obras de pais fundadores de um ramo do saber que simplesmente não conheciam, ou mesmo no qual não acreditavam. Há que se rever, seriamente, qual o sentido dessas teorias "à revelia", estas teorias da comunicação cuja origem e propósito se encontram alhures. Afinal, pode uma teoria dar-se ao luxo de desconhecer o que pretende explicar? Ou de explicar o que não pretende?

Mesmo a teoria hipodérmica, não raro celebrada como um marco do aparecimento de teorias científicas da comunicação – que por vezes DeFleur/Ball-Rokeach, e mesmo Wolf, dão a impressão de se tratar de uma espécie de embrião ou primeiro sopro de uma atividade da ciência da Comunicação –, não resiste a uma leitura menos passional. Pode-se ler, neste último autor, que a teoria hipodérmica: "*mais que um modelo sobre o processo de comunicação, dever-se-ia falar de uma teoria da ação elaborada pela psicologia behaviorista*" (Wolf 1995:24). E com razão, pois aqui como em muitos outros casos, menos que "teorias 'da' comunicação", deveríamos falar em "teorias 'sobre' a comunicação", teorias relativas a outros saberes e que foram aplicadas ao problema dos processos e fenômenos comunicacionais, de modo que, por detrás de hábitos lingüísticos, se esconde uma grande e inaceitável confusão entre objeto da análise (fenômeno comunicacional) e a análise do objeto (o tipo de saber a que se recorre). Vistos de mais de perto, muitos de nossos mitos sobre o campo da Comunicação não resistem a uma leitura mais atenta das próprias obras de referência. O que não os impediu de darem sua contribuição para nossa "política de avestruz" em relação às questões de fundamentação da área. A existência de obras de "teorias da comunicação" acaba sendo muito mais pregnantes que todo o conteúdo céptico expressos através dessas obras.

Ora, se as peças do quebra-cabeças que reúne o conjunto das teorias da comu-

nicação não se encaixam, ou não parecem fazer muito sentido, não seria justamente porque não foram criadas para tal? Se a inteligibilidade de uma suposta unidade desafia gerações de pesquisadores, não seria mais prudente reformular o problema? Recolocá-lo em outras bases?

Voltemos nossa atenção para a identificação dos procedimentos de sistematização normalmente empregados. Em geral, as obras de teorias da comunicação contentam-se em apresentar e descrever as teorias. A fim de facilitar a exposição e proporcionar um certo arranjo ao conjunto que se pretende introduzir, muitos autores preferem adotar um ponto de vista cronológico. Princípio que, evidentemente, apenas "*constitui um mínimo de organização por ordem de aparição das escolas, correntes ou tendências*" (Mattelart & Mattelart 1995:4). Sem a intenção de discutir a unidade do campo da Comunicação, sem explicitar ou aprofundar o que lhes permitia reconhecer, como de uma mesma espécie, teorias de natureza e procedência diversas, o principal objetivo resume-se a coligir as teorias, o que implica identificar e resumir obras de autores variados.

Talvez pelo esforço requerido, talvez por certos hábitos que vão se criando ao longo da formação de certas tradições, talvez ainda pela própria dificuldade do problema, o certo é que estas obras não voltam sua atenção para o problema da sistematização. Em contrapartida, as referências que temos sobre o problema da sistematização se apoiam nesse tipo de trabalho, servindo-se desses mesmos conjuntos de teorias para balizar suas análises. Se tivermos em conta os problemas de critérios de seleção e de pertinência das teorias, que se encontram na base das compilações dos conjuntos de teorias, pode-se, então, apreciar a ruptura que se introduz entre as limitações dessas obras e as condições necessárias à avaliação da possibilidade de sistematização da área. Em geral, os trabalhos que se ocupam do levantamento de teorias desempenham a função de uma primeira abordagem, um verdadeiro reconhecimento exploratório; eles não podem e nem pretendem oferecer a fundamentação necessária para a sistematização da área.

Dessa forma, tomado a partir desses conjuntos de teorias, o problema da sistematização permanece insolúvel. Em geral, ele é formulado como um quebra-cabeças: as teorias, tal como as peças de um suposto quebra-cabeça, são reunidas e aproximadas na esperança que, da confrontação, sejam revelados traços comuns. Espera-se chegar assim a alguma síntese, ou consenso, que nos dê uma representação da unidade da área. Espera-se depreender uma teoria geral a partir do arranjo dessas constelações de teorias.

Mas, considerando que originalmente muitas dessas teorias nunca se propuseram como partes ou peças de um quebra-cabeças comunicacional, como então pre-

tender encontrar sua unidade a partir de uma síntese *a posteriori*? A transposição das teorias de seus campos de origem para o campo da Comunicação, suscita uma revisão crítica sobre as condições de possibilidade de uma tal operação. Seria preciso rejeitar as transcrições literais e colocar em primeiro plano a explicitação das regras de operação e as premissas que norteiam a identificação dessas teorias à problemática comunicacional. Na falta de um tal trabalho, pode-se entender as reservas de um pesquisador como Bernard Miège quando afirma que "*uma teoria geral [é] improvável e até inconcebível*" (Miège 2000:101). Contudo é preciso reconhecer que as opiniões dos cépticos se apoiam sobre as mesmas bases das proposições que visam criticar. Suas avaliações são elaboradas a partir do que parece ser o único material disponível: as compilações de teorias.

Por esta razão é que se torna possível aceitar a premissa principal da argumentação céptica quanto ao atual estado do campo, quer dizer, seu diagnóstico sobre o atual estado do campo, sem no entanto concordar com a tese de fundo que eles trazem: que se trata da única, ou a melhor, alternativa para equacionar nosso problema. Com efeito, nada impede de concordarmos com as avaliações cépticas, ao mesmo tempo em que nos parece abusiva a idéia de negar a possibilidade de uma estruturação do campo, tendo-se em vista apenas seu estado atual. Ainda mais quando começamos a ter uma noção das insuficiências que se encontram na origem dessas compilações de teorias e sobre as quais se baseiam as avaliações cépticas.

É perfeitamente possível, portanto, entender algumas das razões do generalizado cepticismo em relação à definição da Comunicação: como não ser céptico frente a um tal estado de dispersão das teorias e frente a pouca chance de se encontrar algum princípio de inteligibilidade para esse universo? Mas por outro lado, porque fundar nossas perspectivas de análise sobre as mesmas bases daquilo que justamente se critica?

Esse nos parece ser um ponto capital para a compreensão da atitude céptica, pois sem reconhecer a distinção entre as atuais compilações de teorias e um autêntico trabalho de sistematização, o cepticismo não avançou mais além da constatação de um estado de fato e pouco fez em relação à análise propriamente epistemológica. Ora, esta falta de reflexão epistemológica coincide exatamente com aquilo que se pode criticar na atitude diametralmente oposta a do cepticismo, aquela da "interdisciplinaridade incoseqüente", que vê na diversidade do campo um fator produtivo e que deve ser conservado.

Se, de fato, é francamente descabida a idéia de se querer conservar um estado de fraca sistematização da área, em nome de uma pretensa liberdade interdisciplinar,

a posição céptica não se apresenta como uma recusa desse tipo de interdisciplinaridade. Ao contrário, vê nela uma solução para a fraca organização do campo comunicacional. Dessa forma, o estado do campo é tomado como reflexão epistemológica, a descrição de um estado de fato se faz passar por reflexão, sobrepondo e coincidindo o problema com sua solução.

Mas por que a desorganização do *corpus* teórico deveria ser alçada ao status de modelo epistemológico? Na verdade, há uma grande e profunda relação entre a posição céptica e a interdisciplinaridade. Esta aqui funciona como um certo contrapeso, que impede o cepticismo de tirar suas últimas conclusões: a defesa da interdisciplinaridade impede a ação das forças de desintegração total do campo da Comunicação, presentes nos argumentos cépticos. Entretanto, menos que uma reflexão epistemológica, a interdisciplinaridade aparece nas obras de teorias da comunicação como uma justificativa de um estado de fato, ela não tem conteúdo positivo e se constitui como uma negação da atual estrutura do conhecimento (no fundo ela pretende uma crítica da analiticidade do conhecimento racional, sem no entanto colocar a possibilidade e os limites de uma tal compreensão do conhecimento. De um conhecimento que se dá através da palavra).

Em relação à questão da sistematização das teorias, ela equivale a inversão dos fatores em jogo. Fazendo passar o problema pela própria solução, a interdisciplinaridade desaparece com ele, na medida mesmo em que a inconsistência e a dispersão do *corpus* teórico se tornam "normalidade", a interdisciplinaridade se institui como a natureza de um gênero de conhecimento *sui generis* e se institucionaliza como campo. De outra parte, o cepticismo não representa uma posição menos imobilizadora para a discussão epistemológica, quer porque se limita a apontar e a descrever o problema (versão mais branda), quer porque condena de antemão toda a possibilidade de formular a pertinência de um saber comunicacional propriamente dito (versão mais radical). Em todo caso, essas posições fundamentam suas análises sobre uma mesma base: a falta de reflexão crítica sobre os atuais conjuntos de teorias propostos por autores diversos e uma certa negligência da determinação da especificidade do pensamento comunicacional. Conseqüentemente, elas passam ao largo das questões fundamentais e têm indevidamente ocupado o espaço deixado pela lacuna de uma discussão mais aprofundada sobre a sistematização das teorias da comunicação.

Enfim, as relações entre cepticismo e conservadores de uma diversidade interdisciplinar apontam a união visceral entre estas duas posições. Eles não chegam a se colocar verdadeiramente como posições antagônicas, o que não é senão um caso excepcional, mas ao qual seria mais lógico de esperar. Se o cepticismo não

chega a negar o saber comunicacional, como parece sugerir certas passagens citadas no início deste artigo, é por que ele não representa senão um primeiro momento de um processo que se completa com a instauração da interdisciplinaridade. O que explica a estranha coincidência destes cépticos também serem os representantes do saber comunicacional.

A análise de suas insuficiências epistemológicas revela que essas duas posições não podem ser tomadas como definitivas para a área. É preciso superar os obstáculos que estas posições dominantes representam para o desenvolvimento da reflexão epistemológica, sob o risco de se ver desabar o edifício da Comunicação sob o peso da acumulação de inúmeras perspectivas (interdisciplinaridade) ou simplesmente em atendimento à argumentação céptica.

REFERÊNCIAS

- BALLE, Francis (1992). *Media et Sociétés*. Paris: Monchrestien.
- BOUGNOUX, Daniel (1999). *Introdução às ciências da comunicação* (trad. Maria Leonor Loureiro). Bauru: EDUSC.
- ECO, Umberto (1984). *Viagem a irrealidade cotidiana* (trad. Aurora F. Bernardini e Homero Freitas de Andrade). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ESCARPIT, R. (1991). *L'information et la communication: théorie générale*. Paris: Hachette.
- MARQUES DE MELO, J. (1973). *Comunicação social: teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes.
- MARTINO, Luiz C. (2001a). Interdisciplinaridade e objeto de estudo da Comunicação. In FAUSTO NETO, A.; PORTO, S.D.; PRADO, J.L. Aidar (orgs.). *Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- _____ (2001b). De qual comunicação estamos falando? In HOLHFELDT, A.; FRANÇA, V.; Martino, L.C. (orgs.). *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2001c). Elementos para uma epistemologia da comunicação. In FAUSTO NETO, A.; PORTO, S.D.; PRADO, J.L. Aidar (orgs.). *Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- MATTELART, Armand & MATTELART, Michèle (1995). *Histoire des Théories de la Communication*. Paris: La Découverte.
- MIÈGE, B. (1990) La Faible pertinence des théories générales de la communication. In SFEZ, L. (org.). *Technologies et symboliques de la communication*. Colloque de Cerisy 1988. Grenoble: Presse Universitaire.
- MIÈGE, Bernard (2000). *O pensamento comunicacional* (trad. Guilherme J. F. Teixeira). Petrópolis: Vozes.
- MORAGAS, M.de (ed.) (1993). *Sociología de la comunicación de masas: escuelas y autores*. Barcelona: Gustavo Gilli.
- RÜDIGER, Francisco (1998). *Introdução à teoria da comunicação*. São Paulo: Edicon.
- DEFLEUR, Melvin L. & BALL-ROK EACH, Sandra (1993). *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar.

SÁ, Adisia (e outros) (1973). *Fundamentos científicos da comunicação*. Petrópolis: Vozes.
WOLF, Mauro (1995). *Teorias da comunicação* (trad. Maria Jorge V. de Figueiredo). Lisboa: Presença.

LUIZ CLAUDIO MARTINO é doutor em sociologia pela Sorbonne-Paris V, Pesquisador pelo CNPq e professor da Universidade de Brasília. Foi o responsável pela organização e coordenação do primeiro Grupo de Trabalho sobre Epistemologia da Comunicação da COMPOS (Associação dos Programas de Pós-graduação em Comunicação).
martino@unb.br

*Artigo enviado em novembro de 2001 e
aprovado em abril de 2002.*